



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO ESCOLAR E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM NA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL**

SIRLENE SILVEIRA TAVARES CUNHA

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO ESCOLAR E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM NA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL**

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO ESCOLAR E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM NA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL**

SIRLENE SILVEIRA TAVARES CUNHA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Professor Renato Lopes dos Santos
(Orientador)**

Belo Horizonte, de janeiro de 2011

Dedico esse Trabalho a todos os professores e às minhas colegas de curso, que não me deixaram desistir, transmitindo-me coragem e palavras de apoio nos momentos que eu mais precisava. As minhas filhas que se tornaram professoras e alunas ao mesmo tempo, me incentivando e ajudando, ao meu esposo pela compreensão sempre.

Agradeço a Deus por tudo e reconheço que, sem ELE nada do que foi feito se fez. Agradeço à minha família pelo apoio, compreensão, atenção. Agradeço aos professores: Marly Olívia, Rita Cristina Lages e Renato Lopes dos Santos.

“Ninguém sabe tudo, por isso aprendemos sempre...”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade verificar como ocorre a avaliação da aprendizagem, na Escola Municipal Antônio Fernal, identificando se a mesma é aplicada com coerência, analisando-a em seu contexto pedagógico, abrangendo todo o fator circunstancial que a envolve. Contextualiza a prova como elemento supremo na realidade escolar. Neste sentido, parte-se do pressuposto de que a prova está ligada a interesses sociais. Observa-se se é a prova o único instrumento avaliativo dentro do processo de ensino e como os professores formulam suas provas bem como selecionam seus critérios em relação às notas. Finalmente, pretende contribuir para a discussão acerca da coerência das avaliações escolares e mostrar como é importante a relação entre todas as pessoas envolvidas no ato de educar, que dividem entre si as responsabilidades do sucesso ou do fracasso escolar.

Palavras- chave: Educar. Coerência. Avaliação Escolar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AVALIAÇÃO.....	9
2.1 Avaliar para quê?.....	10
2.2 O que avaliar?.....	11
2.3 Como avaliar?.....	11
2.4 Funções do processo avaliativo.....	12
2.5 O objeto da avaliação.....	13
2.6 Avaliação de aprendizagem na Escola Municipal Antônio Fernal.....	13
2.7 Análise do desempenho do aluno.....	14
2.8 Recuperação paralela.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	20

1 INTRODUÇÃO

Após construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Antônio Fernal, surgiram algumas indagações sobre como se processa a avaliação da aprendizagem nesta escola. Cabe informar que a referida escola localiza-se junto ao povoado de Cachoeira de Jacaré, Zona Rural, BR 494, situada a 17 km de Morro do Ferro, distrito de Oliveira/MG.

A relevância do presente estudo se pauta na asserção de que as informações aqui obtidas poderão ajudar a decidir novos rumos que a escola deverá tomar, além de esclarecer quais fatores contribuem para o sucesso ou fracasso dos alunos. Na certeza de que as mesmas servirão para fortalecer ainda mais a relação existente entre a avaliação da aprendizagem, a gestão escolar e o corpo docente.

O objetivo deste trabalho é contribuir para compreender qual o significado e importância da avaliação da aprendizagem como instrumento que possibilita as decisões em busca da melhoria da qualidade do ensino.

Com uma concepção que avaliação não é um processo técnico, é um trabalho que inclui muitas opções e ideologias, que trazem dados que subsidiarão os critérios para julgamento de uma realidade.

Desse modo, o trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo a introdução, no segundo capítulo busca-se conhecer melhor o que é avaliar, para que avaliar, como avaliar, o objetivo de avaliar, análise do desempenho do aluno e recuperação paralela.

As questões abordadas procederão a uma análise para diagnosticar se os professores desta instituição aplicam suas avaliações com coerência, clareza e competência, bem como as funções do processo avaliativo utilizado.

Espera-se que essa pesquisa contribua para incentivar a descoberta de novas alternativas e que se aproxime mais da escola dos sonhos.

2 AVALIAÇÃO

Na Resolução nº 8086/97, a SEE- Secretaria Estadual de Educação, conceitua avaliação de aprendizagem, como um instrumento usado para promover situações de investigação, propiciar condições para favorecer o processo de ensinar e levar o aluno a construir seu próprio conhecimento.

Segundo Celso dos Santos Antunes, as Dimensões Básicas da Avaliação são:

Tabela 1

DIMENSÃO	DESAFIOS
Sensibilidade	Sentir necessidade de avaliar; demonstrar percepção aguçada e abertura. Não avaliar porque é exigido exteriormente ou julgar que “já sabe” antes de conhecer melhor a realidade.
Análise da Realidade	Conhecer, obter dados significativos, isto é, relevantes essenciais e verdadeiros/ fidedignos.
Clareza da Finalidade	Retomar, fazer memória da finalidade, dos objetos (que podem estar expressos no projeto político-pedagógico da instituição e/ ou no projeto de ensino-aprendizagem do professor).
Julgamento	Realizar juízo de valor/qualidade sobre o produto ou a atividade, e não sobre a pessoa.
Tomada de Decisão	Decidir o que fazer; dar continuidade à prática ou elaborar um novo plano de ação, de forma individual ou compartilhada (por exemplo, com o aluno).
Ação	Agir de acordo com a tomada de decisão.

Fonte: adaptado da Revista Pátio (2005, p. 21).

Para Luckesi:

A avaliação é um julgamento sobre uma realidade concreta ou sobre uma prática, à luz de critérios claros, estabelecidos prévia ou concomitantemente, para tomada de decisão. Desse modo três elementos se fazem presentes no ato de avaliar: a realidade ou prática julgada, os padrões de referência, que dão origem aos critérios de julgamento, e o juízo de valor. (1996, p. 21).

Segundo Moretto (2003, s/p) o ato de avaliar não é um ato que se encerra na constatação. Ele é um ato dinâmico que implica a decisão de “O que Fazer”.

Partindo dessas concepções, pode-se perceber que a avaliação não é um processo técnico, é um trabalho que inclui muitas opções e ideologias, que trazem à tona, dados que subsidiarão os critérios para julgamento de uma realidade. Deve o educador refletir sobre as questões que envolvem todo o ato educativo: Quem julga? Por que e para que julga? Quais critérios?

Através dos resultados obtidos sobre o desempenho dos alunos, fará o professor uma avaliação de sua prática docente.

Segundo Paulo Freire (1976, p. 42), a avaliação não é um ato pelo qual A avalia B, mas sim um processo pelo qual A e B avaliam uma prática educativa. Para isso, faz-se necessário que os educadores planejem e revejam suas formas de avaliar, pensando na necessidade de as diversificarem, visto que, as mesmas podem estar comprometidas com o sucesso ou o fracasso dos alunos. É o momento da tomada de decisão. Conforme afirma Luckesi:

Sendo o juízo satisfatório ou insatisfatório, temos sempre três possibilidades de tomada de decisão: continuar na situação em que nos encontramos introduzir mudanças para que o objeto da situação se modifique para melhor ou suprimir a situação ou objeto. (1996, p. 23).

2.1 Avaliar para quê?

As avaliações são aplicadas nas escolas com intuito de diagnosticar o que o aluno sabe ou não, ou seja, interpretar o sucesso ou fracasso escolar dos alunos em uma dimensão individual. Quando o professor se propõe em avaliar seus alunos, deverá se perguntar: “O que pretendo?”, pois a resposta ele terá através da avaliação. Medirá, se os resultados estão próximos ou não de serem alcançados. Feito, então, um diagnóstico dos resultados, caberá ao professor rever seu planejamento, sua prática pedagógica.

MÉNDEZ, em entrevista à Revista Pátio, adverte que:

Antes de avaliar, o professor deve pergunta-se a serviço de que e de quem está sua avaliação e quem se beneficia dela. E se não está a serviço de quem aprende, o que significa também estar a serviço de quem ensina esse exercício de formação e de aprendizagem simplesmente se limitará ao

exercício de controle, ao exercício de poder, dimensões pouco favoráveis à aprendizagem. (2005, p. 25).

2.2 O que avaliar?

O professor quando se propõe a avaliar seus alunos, tem como objetivo avaliar as áreas de aprendizagem descritas no planejamento de ensino definidos pela escola. Cabe ao professor saber então, o que se deseja ao avaliar. Nesta etapa, surgem algumas problemáticas:

- O ajustamento pedagógico: o professor deseja saber se o aluno aprendeu e se ele trabalhou bem;
- A medida: a sociedade e os pais querem saber o nível da aprendizagem;
- O desenvolvimento pessoal: o aluno se auto-avalia.

Conforme assinala NAVARRO:

A ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes para compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais. (2004, p. 38-39).

Portanto, cabe ao professor priorizar a problemática do ajustamento pedagógico a serviço do desenvolvimento de seus alunos. Sugere-se neste caso, a utilização de estratégias de avaliação que considerem a aprendizagem como processo fundamental, onde as informações serão definidas como o que se deseja avaliar.

2.3 Como avaliar?

“Como avaliar”, é o momento em que o professor busca entender não apenas os problemas, mas leva em conta como o aluno, raciocina e processa as informações. Mesmo que o aluno não consiga resolver determinada situação, ele questiona, levanta hipóteses, se posiciona diante de suas dificuldades. Cabe ao professor neste momento admitir que esteja ocorrendo um processo de aprendizagem.

Algumas técnicas de avaliar podem diversificar o trabalho do professor e os resultados variarão de acordo com determinada situação. Às vezes o rendimento que se espera pode ser mais bem observado em situações de avaliação diferentes, demonstrando assim o que se aprendeu. A avaliação pode ser realizada através de debates, seminários, desafios, experiências, relatórios, trabalhos em grupos, testes e até mesmo em questionamentos levantados pelo aluno, no decorrer das aulas.

Segundo Luckesi:

O ato de avaliar tem, basicamente, três passos: conhecer o nível de desempenho do aluno em forma de constatação da realidade. Comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo. (qualificação) – Tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados. (1995, s/p).

De acordo com AFONSO:

Isto quer dizer que as diferentes informações que nos permite, produzir a avaliação da aprendizagem (trabalhos, e exercícios dos alunos, cadernos, provas, expressões orais conhecimento etc.) são todas iguais e servem da mesma forma? Certamente que não! As práticas utilizadas nos processos de avaliação variam como variam as intenções que se têm com seu uso. (Afonso, 2000, s/p)

2.4 Funções do processo avaliativo

As funções da avaliação são:

- **Função diagnóstica:** na Escola Municipal Antônio Fernal, é realizado a avaliação diagnóstica no início do ano letivo e nessa ocasião são analisados os resultados com toda equipe de professores e supervisores na intenção de verificar quais conteúdos estão consolidados e quais os conteúdos que precisam ser reforçados. Assim, a equipe tem como ponto de partida, as especificidades encontradas, de modo especial, os alunos com baixo rendimento.
- **Função Formativa:** Esta fase é realizada pelo professor e o aluno. O professor faz então uma revisão dos mecanismos utilizados e as reformas necessárias no seu trabalho didático. Ao aluno é permitido reconhecer seus erros e acertos.

- Função Somativa: Na Escola Municipal Antônio Fernal, esta etapa acontece nos finais dos bimestres. Faz-se então um estudo dos progressos que o aluno obteve, através dos resultados das avaliações. Seria o balanço final de cada período.

2.5 O objeto da avaliação

De acordo com Cardinet, em entrevista à Revista Pátio, este é sem dúvida o momento mais difícil, pois:

A maioria dos objetos visados pela avaliação escolar não é diretamente observável! Em particular, as representações (o que se passa na cabeça do aluno visto sob seu aspecto estrutural) e os processos (aspecto funcional) só podem ser conhecidos por inferência. Como estar seguro diante de suas inferências? Seria preciso ter acesso à estrutura cognitiva do aluno. (2005, p. 12).

O professor deverá, portanto, usar o bom senso não deixando se desencorajar frente aos resultados obtidos e valorizar o saber-fazer e levar em consideração que o saber-fazer do aluno, faz percebê-lo como um construtor de seus conhecimentos.

Nesse sentido, o professor Hadj (2001), insiste na importância de não desprezar nenhuma fase desse processo:

- 1- Especificação do objeto de avaliação.
- 2- Escolha de um desencadeador, ou seja, de um comportamento observável, apropriado.
- 3- Identificação e coleta de informações úteis no âmbito de um conjunto de questões a serem colocadas no produto avaliativo.
- 4- Tratamento e interpretação das informações coletadas.

O professor avaliador fará aqui um julgamento e não poderá esquecer da ética profissional, pois a maioria dos objetos visados pela avaliação escolar não são diretamente observáveis.

2.6 Avaliação da aprendizagem na Escola Municipal Antônio Fernal

A forma de se exercer a avaliação se dá no contexto da relação social do indivíduo com o mundo. A prática avaliativa mais comum na Escola Municipal Antônio Fernal é a tradicional, onde se encontra uma historicidade e evidenciam-se algumas características tais como:

- Ensino centrado em conteúdos;
- Julgamento sobre o fracasso e sucesso escolar do aluno;
- Controle do aluno pelas constantes ameaças de notas;
- Referencial do aluno vinculado às notas da prova;
- Provas marcadas no calendário escolar para verificar o quanto o aluno reteve de informações;
- Classificação do aluno em médias (abaixo ou acima da média). O que implica capaz ou não;
- A avaliação está vinculada à nota;
- E finalmente o aluno estuda somente no dia da prova.

Pensando neste contexto, reconhecemos que a nossa escola exerce uma “reprodução mecânica” dos conhecimentos e simplesmente os transcreve nas avaliações. Para que essa prática seja mudada, seria preciso que todos os envolvidos no processo educativo desenvolvessem uma nova mentalidade com relação à mesma.

Dessa forma, o fruto desse processo, no caso o aluno, deixará de exercer seu pensamento, ser crítico e decisivo em suas escolhas, o que lhe acarretará dificuldades em sua vida futura.

De acordo com Hoffmann:

Avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas. (1993, p. 85).

2.7 Análise do desempenho do aluno

Na Escola Municipal Antônio Fernal, os resultados, digo as notas, são anotadas e cria-se a partir daí uma divisão de responsabilidades entre todos os envolvidos no processo educativo, pois a avaliação interessa:

- Ao aluno, que tem toda a liberdade de conhecer o processo de aprendizagem, se auto-avaliar e fazer aqui uma reflexão dos seus resultados, buscando então superar suas necessidades. Esta etapa se realiza com sucesso, nessa escola, devido ao fato de termos turmas pequenas e podermos quase sempre dar atenção individual e conhecer a realidade de cada aluno;
- Aos pais, responsáveis pelos filhos, bem como pelo seu desempenho;
- Ao professor, que avalia aqui sua prática pedagógica;
- À equipe docente, cabe a ela garantir o sucesso de todos os estudantes.

Ao levantar os dados, cada professor elabora um gráfico de sua turma, onde constam quais os alunos venceram ou não os objetivos propostos em cada avaliação.

Em reuniões pedagógicas, faz-se uma reflexão sobre os resultados, que se encontram nos gráficos. Identificados os problemas, organiza-se então uma discussão com os professores sobre a metodologia de trabalho e de avaliação e buscam-se as possibilidades de soluções para os problemas.

Segundo Afonso:

O objetivo desse exercício é mostrar como os indicadores da avaliação da aprendizagem podem ser importantes para a gestão escolar. Certamente que esses dados devem ser utilizados pelos professores docentes das disciplinas, pois a avaliação da aprendizagem tem apenas uma razão de ser: identificar o perfil da aprendizagem dos alunos e mostrar as razões do porque estão ou não aprendendo, de sorte que possamos rever nossos planejamentos e metodologias de ensino e própria prática avaliativa. (2000, s/p).

Marca-se então um Conselho de Classe com os pais. São apresentados aos pais ou responsáveis os resultados e procura-se saber as possíveis causas e fatores do aluno ter sido bem ou mal sucedido na avaliação.

Este é o tempo destinado à reflexão, ou seja, de se perguntar “O que estamos fazendo?”, de modo que se tenha coragem de realizar as mudanças num processo contínuo de cooperação.

Não se pode esquecer que o aluno, nesta escola, não será avaliado somente através da nota que obteve. Considera-se também o seu desempenho, a produção, seu ritmo não como ele está aprendendo, mas como está desenvolvendo o seu processo ensino aprendizagem. Nesta etapa podem-se então comparar o aluno

consigo mesmo, com suas potencialidades e seu limite de produção, não esquecendo que cada pessoa é única.

Em relação à redefinição das práticas de avaliação no cotidiano escolar, Esteban assinala:

Não obstante a crítica do modelo quantitativo e a redefinição das práticas em consonância às novas perspectivas teórico-metodológicas apresentadas, a avaliação qualitativa continua sendo uma prática classificatória. Vemos, na escola, as provas únicas com questões objetivas serem substituídas por testes ou provas distribuídas ao longo de um período letivo trazendo questões mais abertas, que solicitam opiniões e reflexões dos estudantes, que propõem o estabelecimento de questões mais amplas. As questões pretendem estimular uma maior participação do sujeito que aprende na elaboração das respostas e captar o processo de aprendizagem; os exames passam a ser complementados pela observação da professora sobre o movimento dos alunos que aprendem. (2004, p. 27).

Ao final do ano letivo, somadas todas as notas bimestrais, ainda é reservado os dias denominados como “Período dos Estudos Orientados”, para os alunos que não conseguiram obter rendimentos satisfatórios. Eles ainda fazem uma última avaliação, onde será diagnosticado se os mesmos têm possibilidade ou não de dar continuidade aos estudos.

2.8 Recuperação paralela

O aluno deve receber atenção no momento em que apresentar deficiência de aprendizagem, por meio de estudos de recuperação paralela e contínua. Na Escola Municipal Antônio Fernal, esse trabalho é feito durante todo o ano letivo sob a responsabilidade do professor eventual e da vice-diretora.

Conforme Brasil (s.d, p.41), cabe ao gestor, garantir a Progressão Continuada e o tempo destinado ao Ciclo de alfabetização, novas oportunidades de aprendizagem, como os estudos orientados ao longo do processo, estudos orientados presenciais e estudos independentes realizados no período de férias para fazer valer o cumprimento da resolução SEE/MG nº 521/2004 que orienta o processo de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, uma nova abordagem de avaliação de aprendizagem foi construída, trazendo junto uma nova idéia de ensino aprendizagem. Cria-se uma nova cultura sobre avaliação da aprendizagem, que implica na participação de todos os envolvidos no processo educativo. É necessária uma constante interação entre os diferentes membros da comunidade escolar – diretor x professor x aluno x comunidade x conhecimento, para que se obtenha o sucesso no ato de avaliar.

A avaliação da aprendizagem é um importante instrumento que indica aos gestores e professores onde estão os tropeços e qualidades.

Um grande desafio aqui foi lançado e conclui-se que para construir uma nova dimensão de avaliação da aprendizagem, na Escola Municipal Antônio Fernal, se faz necessário ter uma nova visão sobre a mesma, em que a meta será a formação de cidadãos conscientes e autônomos, onde o sucesso do nosso aluno seja comemorado em parceria.

Considera-se que a reflexão do professor sobre seu próprio trabalho é o melhor instrumento de aprendizagem, já que os mesmos se colocam de maneira flexível e aberta às mudanças.

O objetivo deste estudo foi alcançado, pois mostrou como a avaliação da aprendizagem é também de responsabilidade de todos e não somente do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

A Escola Pública de Qualidade: **A Gestão do Pedagógico** – PROCAD – Projeto de Capacitação de Dirigentes de Escolas Públicas de Minas Gerais - Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

BRASIL. Guia do Diretor Escolar – SEE - **Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento Didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor.**

CARDINET, J. Evaluation Scolaire et Pratique. Bruxelles: De Boeck Université, 1986. In: REVISTA PÁTIO. Ano IX Nº 34 Maio/Julho 2005.

DAVIS, Cláudia; ESPÓSITO, Yara L. **Papel e Função do Erro na Avaliação Escolar**. Cadernos de Pesquisa (74), agosto de 1990. Fundação Carlos Chagas.

DAVIS, Cláudia (org). **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Pedagogia de Projetos**: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In SILVA, J. F 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HADJ, C. **Pensar e agir a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. 29ª Ed. Porto Alegre, 1993.

LUCKESI, Cipriano G. **Avaliação da aprendizagem escolar**: SP. Cortez, 1995.

MÉNDEZ, J. M. A. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed. 2002.

MORETTO, Vasco Pedro. **PROVA: um momento privilegiado do estudo não um acerto de contas**. 3ª edição, Rio de Janeiro, 2003.

NAVARRO, Ignez P. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 13/11/2010.

REVISTA PÁTIO. Ano IX Nº 34 Maio/Julho 2005- p. 10 – 27.

ANEXO: Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Antônio Fernal



ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: construção da escola de qualidade

**LANUSSE CLÉRIA DOS SANTOS
LILIAN ESTEFÂNIA SILVA SILVEIRA
MARY APARECIDA LARA DE PAULA
SIRLENE SILVEIRA TAVARES CUNHA**

BELO HORIZONTE, 2010

ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: construção da escola de qualidade

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais sobre a elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônio Fernal..
Orientação: Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2010
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
FINALIDADES DA ESCOLA.....	7
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
CURRÍCULO.....	12
TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	14
PROCESSOS DE DECISÃO.....	16
RELAÇÕES DE TRABALHO.....	18
AValiação.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25
ANEXOS.....	27

INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorrem com certa rapidez tanto no campo educacional, quanto no campo tecnológico, nos revela um quadro de múltiplos desafios. Estamos inseridos num novo modelo de sociedade, onde vivenciamos crises, guerras, terrorismo e violência que assolam a humanidade. É pela vivência da cidadania e respeito ao outro que tomamos a consciência do nosso papel e é neste contexto, que devemos lutar por nossos ideais na busca de uma sociedade mais justa e solidária.

Diante da sociedade e dos indivíduos que estão sob os nossos cuidados e pensando na responsabilidade que temos é que elaboramos nossa proposta de ação educativa, o PPP – Projeto Político Pedagógico. A intenção é formar agentes de transformação, visando o bem estar da comunidade a qual estamos inseridos e toda sociedade. A construção de uma proposta pedagógica para os alunos atendidos na Escola Municipal Antônio Fernal é necessária e a responsabilidade é a comunhão com a missão de educar para a vida.

A construção do Projeto Político- Pedagógico se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social considerando as necessidades dos atuais usuários da escola Pública. (OLIVEIRA, 2010)

Os profissionais da Escola Municipal Antônio Fernal e toda a comunidade escolar participaram efetivamente da elaboração do PPP - Projeto Político Pedagógico. Este documento vem de encontro à visão de uma educação democrática, que devido à sua importância está diretamente relacionada às melhorias das condições da população. A participação no mesmo é democrática onde se torna possível a capacidade de opinar, aprender, imaginar, participar, enfim de fazer progredir as conquistas e relações sociais no contexto educacional.

A Escola Municipal Antônio Fernal, pertence ao sistema de Ensino Municipal, funciona em prédio próprio, está localizada junto ao povoado de Cachoeira de Jacaré, Zona Rural, BR 494, situada a 17 Km de Morro do Ferro, distrito de Oliveira/MG. É autorizada pela portaria 05/80-MG 10/10/1980, Lei nº 887, de 26 de

maio de 1969. Os telefones de contato são: (37) 9902 8570 ou (37) 9943 1344; email: emantoniofernal@yahoo.com.br e site: <http://site.google.com./site/escolamunicipalantoniofernal/home>

Possui atualmente cento e vinte e cinco alunos matriculados, sendo cinquenta na Educação Infantil e setenta e cinco no Ensino Fundamental. Para atender os alunos, esta instituição conta com dezesseis profissionais, sendo uma diretora, uma vice-diretora, seis professoras, uma secretária, uma eventual, um professor de Educação Física e cinco auxiliares de serviços gerais. A Escola atende, crianças alegres, que gostam de brincar, cantar e freqüentar a escola.

A comunidade é de nível sócio econômico baixo, a maioria com problemas familiares diversos, salários baixos e pouca qualificação para o trabalho. Não possuem salários fixos, as mães são domésticas e algumas trabalham também nas lavouras de café. As casas são pequenas, sem acabamento e sem conforto. A maioria ainda usa fossa, ou seja, não possui rede de esgoto e tratamento de água adequados (utilizam água da lagoa ou poço). Todas as casas foram beneficiadas com o Programa Luz para Todos e por isso têm energia elétrica.

De modo geral, as famílias são desestruturadas. Os pais ou responsáveis são comunicados através de bilhetes sobre as reuniões e assuntos que dizem respeito ao aluno na escola, mas não conseguem impor limites, não exigem muito dos filhos e isso dificulta todo trabalho. São crianças que precisam de ajuda, de carinho, afeto e diálogo, principalmente na família.

Quanto à instrução dos pais e/ou responsáveis, 2% são analfabetos. Participam das reuniões, mas não conseguem dar o suporte necessário nas atividades de casa. Algumas famílias não valorizam a escola, acham que já está bom e passam isso para as crianças deixando-as desmotivadas. Às vezes falta-lhes o sonho, o desejo de aprender e por isso a escola valoriza projetos que trabalham com os valores, autonomia e auto-estima.

A evasão escolar é inexistente, mas alguns alunos têm dificuldade de aprendizagem (comprometimento neurológico) e são assistidos pela própria escola com recuperação, extra classe e sistema de monitoria, realizado pela vice-diretora, juntamente com a professora regente em sala de aula. São atendidos pelo CAEI - Centro de Atendimento a Educação Inclusiva em Oliveira com atendimentos psicopedagógicos, psicológicos, fonoaudiológicos e/ou oficinas de arte, dança, capoeira, etc.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Antônio Fernal” foi reestruturado pelo grupo juntamente com a comunidade, apesar das dificuldades nos encontros. Fundamenta-se na gestão democrática uma vez que discute, delibera, planeja, soluciona problemas, encaminha, acompanha, controla e avalia o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Sustenta-se no diálogo, na auteridade e na observância das normas legais, conta com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, de todos os sujeitos do processo ensino aprendizagem.

A assembléia escolar congrega toda comunidade e tem também o colegiado, que reúne quando necessário por iniciativa da diretora ou de qualquer outro membro da comunidade escolar. O conselho escolar precisa de melhor atuação, mas existe a dificuldade de reunir todos os seus membros, porque os pais trabalham e quando são solicitados na escola, ainda encontram dificuldades com o transporte. Muitas vezes precisam utilizar o transporte escolar que tem horários incompatíveis.

As comunidades rurais da cidade de Oliveira/MG possuem poucos recursos de lazer e de acordo com Azevedo (2010), ainda que essa realidade demonstre que há inúmeros problemas a superar para que a população usufrua de uma educação de qualidade, mudanças precisam ser vislumbradas nos processos políticos no sentido da participação. A escola busca sempre parceria com empresários e/ou pessoas da própria comunidade para desenvolver os seus projetos. Hoje conta com o apoio da Kaney (loja de calçados cujo proprietário se chama Kaney) e do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária, com projetos adequados à Zona Rural.

Algumas comunidades contam com o Programa de Saúde da Família Rural, mas são atendidas em Oliveira ou Morro do Ferro. As linhas de ônibus que dão acesso a essas cidades precisam de melhoria e as estradas rurais que dão acesso à Escola estão em condições precárias, em alguns casos, como na época de chuva, as crianças não têm acesso ao transporte escolar.

Enfim, aqui inicia o PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônio Fernal e essa caminhada são alicerçadas na certeza que esse documento não representa a receita pronta para a educação de qualidade e sim, o espaço da democracia, do diálogo, das perspectivas, dos erros e acertos e acima de tudo, da busca por uma educação que contribua para a melhoria da comunidade e de cada ser humano, enquanto ser de possibilidades e de necessidades.

O Projeto Político Pedagógico, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o Projeto Político Pedagógico deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2010, s/p).

A sua implementação faz-se necessária nesta escola, pois ele representa o caminho, aponta a direção, a definição de rumos, o que a escola busca para si e para quem se agrega em seu entorno. Este projeto está intimamente articulado ao compromisso e aos interesses reais da população.

FINALIDADES DA ESCOLA

“Investir na criança de hoje é ter certeza de melhores dias no futuro de nosso país.”

MONTEIRO LOBATO

A principal finalidade de uma escola é educar, com dinamismo, criatividade e valorização das potencialidades do educando, visando uma educação de qualidade. De acordo com Kaloustian (2005 p.5), “não existe um padrão ou uma receita única para a escola de qualidade. Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da Educação”.

A Escola Municipal Antônio Fernal em sua proposta política e pedagógica considera a criança como centro do planejamento curricular. Sujeito que constrói sua identidade pessoal e coletiva, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura. Ao elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, busca destacar a principal finalidade da escola que é educar para a vida, reforçando seu papel social e possibilitando as crianças o sucesso educacional.

Esta escola tem como filosofia de trabalho o compromisso com a formação de um sujeito crítico e criativo, que busca exercer seu papel de sujeito ativo na sociedade. Mas o compromisso com o educando não se restringe somente aos conteúdos curriculares, é preciso que se construa uma visão clara de mundo e de sociedade. Espera-se assim que o aluno seja capaz de adquirir e construir conhecimentos que o faça expressar-se claramente, utilizando a linguagem como meio de ampliação e expressão de seu pensamento; utilizar padrões de comportamento para viver e atuar em grupos na sociedade; resolver problemas do dia-a-dia, ampliar e produzir novos conhecimentos, a desenvolver-se como sujeito de direitos e deveres.

A equipe da Escola Municipal Antônio Fernal, assim como Kaloustian, acredita que:

No ambiente educativo, o respeito, a alegria, a amizade e a solidariedade, a disciplina, a negociação, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres são práticas que garantem a socialização e a convivência, desenvolvem e fortalecem a noção de cidadania e de igualdade entre todos. (KALOUSTIAN, 2005 p.21),

Enfim, a Escola Municipal Antônio Fernal busca educar para a vida, por isso procura atender o aluno a partir de sua realidade e os profissionais buscam sempre renovar as suas metodologias. Valoriza-se assim, a construção do conhecimento pelos alunos com vistas à mudança, através de educadores bem preparados e com domínio sobre a práxis, ou seja, a teoria e a prática pedagógica. Suas ações são sempre pautadas na concepção democrático-participativa e tem como objetivo, além de ensinar matérias curriculares, formar seres politizados e conscientes de seu papel na sociedade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Toda escola, para se organizar, se estrutura principalmente de duas maneiras: administrativa e pedagógica. Os principais elementos da estrutura administrativa são os recursos humanos, físicos e financeiros; a arquitetura do prédio, os equipamentos, materiais didáticos, mobiliário, etc.. Os elementos pedagógicos se referem às questões de ensino-aprendizagem, às interações políticas e às de currículo.

A Escola conta com o trabalho de uma diretora, vice-diretora, uma secretária, uma eventual, seis professoras, duas auxiliares de serviços gerais, três cantineiras e um professor de Educação Física. Sendo assim dividida: classes multisseriadas: Educação Infantil 04 e 05 anos com um total de dezoito alunos; 1º e 2º Anos com um total de vinte e quatro alunos; 3º Ano com um total de dezenove alunos; 4º e 5º Anos com um total de trinta e dois alunos e duas classes anexas de Educação Infantil, cinco anos, que funciona em salas cedidas pela Escola Estadual São João Batista em Morro do Ferro, uma classe com quatorze alunos e outra com dezoito alunos, perfazendo um total de cento e vinte e cinco alunos.

Conforme Kaloustian, os espaços físicos precisam, necessariamente, apresentar uma certa organização:

Ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, com recursos que permitam a prestação de serviços de qualidade aos alunos, aos pais e à comunidade, além de boas condições de trabalho aos professores, diretores e funcionários em geral. (KALOUSTIAN, 2005, P.51)

A Escola Municipal Antônio Fernal possui ambiente propício ao ensino e aprendizagem. Suas estruturas administrativas e pedagógicas são adequadas ao atendimento aos alunos e conseqüentemente, um local agradável tanto para os alunos quanto para os funcionários. Constitui-se de quatro salas de aula com mobiliário adequado à Educação Infantil e Ensino Fundamental, um almoxarifado de fácil acesso aos profissionais, possuem banheiro feminino e masculino para uso dos professores, um banheiro masculino e outro feminino com dois compartimentos para os alunos.

Possui refeitório coberto, com mesas e bancos, cozinha organizada e despensa para armazenagem de alimentos, atendendo assim os requisitos exigidos pela Vigilância Sanitária. Conta ainda com uma sala para diretoria, sala para secretaria e salas de reuniões para desenvolvimento coletivo de atividades, além de uma biblioteca com um acervo atualizado e em boas condições de uso, diversos autores que possibilitam a expressão da imaginação pelas crianças que levam para a casa para o desenvolvimento de leituras complementares. Este espaço foi ampliado recentemente para oferecer ao usuário maior conforto e prazer de ler e ao lado, sob a copa de uma árvore, foi criado o cantinho de histórias.

Houve uma reforma do prédio em 2009 para oferecer aos alunos e à comunidade escolar maior conforto e melhores recursos como o laboratório de informática, que facilita a aprendizagem, amplia os conhecimentos dos alunos que podem contar com a tecnologia para interagir com o mundo globalizado.

Os pais e colaboradores têm acesso à instituição e a situação regular de seus filhos, através da secretaria, considerada por isso, uma das principais partes da escola. Este ambiente possui mesas e cadeiras, além de um profissional bem preparado para atender às necessidades da escola e da comunidade local. Quanto ao funcionamento, a escola é beneficiada pelo Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e realiza também as promoções que envolvem toda comunidade escolar. O Conselho é responsável pela prestação de contas e aplicação dos recursos.

As práticas eficientes dos serviços de apoio, recursos físicos e financeiros como registros escolares, uso adequado das instalações e equipamentos, preservação do patrimônio escolar, interação escola/comunidade e capacitação de recursos representam indicadores de qualidade da/na Escola Municipal Antônio Fernal.

Esta escola adota o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, seguindo as normas do respectivo sistema de ensino. Busca constantemente desenvolver projetos para proporcionar e assegurar a aprendizagem de forma a garantir a inovação pedagógica, a política de inclusão, o planejamento e a organização do espaço escolar e do tempo escolar, para garantir também o sucesso do aluno.

O Ensino Fundamental é dividido em dois ciclos: CIA - Ciclo Inicial de Alfabetização – 3 anos e CCA - Ciclo Completo de Alfabetização – 2 anos. A Educação Infantil atende crianças de quatro e cinco anos em uma turma

multisseriada. A professora sempre atenta à maturidade da criança para que a mesma possa vencer as etapas. Há uma adequação idade-série e por isso o baixo índice de retenção, evasão e transferências.

A escola realiza ações educativas a partir das necessidades dos alunos e da comunidade, por isso o trabalho por projetos é visto como uma opção, como uma maneira de repensar a escola em suas várias dimensões. Esse trabalho considera o aluno como sujeito que aprende de várias formas e por isso, o professor utiliza metodologias variadas, técnicas diversificadas e todos os espaços e tempos da escola são organizados e utilizados para adquirir tais conhecimentos e habilidades.

Os projetos são direcionados à faixa etária dos alunos e aos níveis e modalidades de ensino, alguns, de maior dimensão, se aplicam a toda escola sempre voltados ao desenvolvimento do currículo escolar. Os projetos que mais se destacam na escola são: Somos Iguais nas Diferenças, da turma do 3º ano, que trabalha as características físicas e as diferenças entre os indivíduos, assim cada um aprende a respeitar e valorizar o outro como ele é e Sanitaristas Mirins, da turma multisseriada do 4º e 5º ano, que estudam o lugar onde vivem. Assim percebem a importância de viver no campo, os cuidados com as vacinações dos animais, como utilizar e descartar as vasilhas com agrotóxicos, entre outros. Aprendem principalmente que a cidade depende do campo e vice-versa. O principal objetivo deste projeto é valorizar o campo e incentivar a permanência no mesmo.

A metodologia utilizada pela escola é embasada nos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais, Guia do alfabetizador, cadernos do CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita e Pró-letramento. A participação do ponto de vista metodológico é condizente com a visão de uma sociedade onde exista justiça social, com esforços para que todos se expressem livremente.

Sabe-se que a aprendizagem é consequência dessas ações, das relações de afeto e auto-estima e do reconhecimento e apoio da família. Sabe-se também, que o rendimento escolar cresce e se consolida à medida que os programas adotados pela Secretaria Municipal de Educação mostram-se eficientes. São fundamentais todas as áreas desencadeadas no âmbito escolar, mas quando o sujeito é o foco, as ações se justificam de forma irrefutável.

CURRÍCULO

Ajudar o sujeito a construir conhecimentos, implica-se num movimento de relações recíprocas entre o aluno e o universo a ser conhecido. Este universo ou conjunto de conhecimentos, ou seja, o currículo sofre adaptações, pois de acordo com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem um currículo formal, ele é e pode ser reorganizado para adequar-se à realidade da escola. Cada instituição deve adequá-lo às necessidades dos alunos, às opções dos professores, à distribuição das disciplinas no quadro curricular, à divisão do tempo, aos materiais e aos recursos disponíveis. As práticas, situações e vivências que ocorrem na escola também influenciam e fazem parte do currículo e interferem na aprendizagem dos alunos.

No que se referem às mudanças curriculares, tendem a ampará-las a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação popular, duas tendências pedagógicas de significativa importância no campo do currículo. Como ressalta Moreira:

Ainda que concordando com a necessidade de se teorizar a partir da situação específica da realidade educacional brasileira, bem como com a urgência de se construir uma escola de qualidade para os alunos das classes populares, as duas tendências divergiam radicalmente em relação ao conteúdo a ser ensinado nessa escola (MOREIRA, 2010 s/p.)

O currículo na Escola Municipal Antônio Fernal (Anexo A) tem exigido da equipe escolar um planejamento e uma programação de modo a conduzir, sem tropeços, à aprendizagem e conseqüentemente ao sucesso escolar. À medida que se apropria dos saberes da cultura e os transforma, o educando vai se desenvolvendo, não apenas em relação aos aspectos cognitivos/ linguísticos, como também do ponto de vista afetivo, social e físico, ou seja, desenvolve-se enquanto sujeito de direitos, críticos e criativos, cidadãos com uma visão mais global da realidade.

Assim, os profissionais fazem o levantamento da variedade de experiências relacionadas aos conhecimentos que podem ser vivenciados ou potencializados no cotidiano desta instituição. Com base neste levantamento, planejam as atividades, organizam tempos, espaços, materiais e metodologias de acordo com a

necessidade dos educandos, de modo que possam ocorrer alterações que possibilitem a aprendizagem e o desenvolvimento dos mesmos.

A Escola Municipal Antônio Fernal, para caracterizar seu ideal educativo, norteia sua prática no sentido de motivar o professor a criar e propiciar situações de descobertas, de acordo com as diferentes faixas etárias, para que ocorram atividades curriculares prazerosas, aptas a revelar ao aluno sua própria estrutura de aprendizagem; fundamentar a análise da realidade numa perspectiva de valores que desafiem o aluno a ser reflexivo, crítico e socialmente participativo nos processos de transformação pessoal, coletiva e da natureza.

A tarefa do especialista em currículo não é buscar modos eficientes de levar os alunos a aprender o conhecimento selecionado para o currículo. É sim, considerar seriamente as intrincadas conexões entre o que se ensina nas salas de aula e as desiguais relações de poder na sociedade mais ampla. (APPLE, 1991, p. 43-44)

Nesse sentido, a questão curricular não se reduz a simples problema técnico a ser resolvido por meio de modelos. A questão curricular corresponde a um processo contínuo e complicado de organização do ambiente escolar, um ambiente simbólico, material e humano constantemente em reconstrução. Esse ambiente, “para elaborar-se, requer o técnico, o político, o estético e o ético” conforme Apple, 1991.

Enfim, o principal objetivo desta instituição é expressar a sua própria identidade, onde estão presentes sua cultura permeada por valores e expectativas, suas dificuldades, seus costumes, suas tradições, condições historicamente construídas, a partir de contribuições individuais e coletivas e seu posicionamento pedagógico, desencadeador das ações educativas numa perspectiva de fazer com o que o possível e o desejável se tornem realidade.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo escolar é o tempo no qual o aluno vive ou passa numa instituição educativa, ou seja, é o tempo que ele passa na escola, desde que nela entra até que dela sai. O tempo escolar deve ser estabelecido de acordo com o estágio etário dos alunos e seu desenvolvimento para que possa aumentar seu rendimento de forma positiva e diminuir a fadiga e a ansiedade. Assim, o bom uso do tempo na realização de objetivos propostos, torna-se uma condição fundamental para a qualidade do ensino. Não são as horas trabalhadas que promovem diferença, mas a intensidade, a clareza e o direcionamento que é dado a estas horas.

Segundo Elias (1998, p. 12):

A complexidade da abordagem teórica do tempo deve-se ao fato de que a categoria “tempo” constitui uma forma de relação e não um fluxo objetivo: “(...) não basta fazer do tempo um objeto, tanto da sociologia como da física ou em outras palavras, como muitas vezes se faz, contrastar um tempo ‘social’ com um tempo ‘físico’”. O tempo, seja ele “físico” ou “social”, não pode ser considerado em sua objetividade ou substancialidade. Ele é sem conjunto de relações entre diferentes dimensões que compõem um determinado contexto histórico.

O tempo de permanência do estudante na escola é tempo de aprendizagens intelectual, sociocultural, afetiva e ética. Esse tempo deve ser bem aproveitado e para que isso ocorra é necessário que seja bem organizado e planejado. É por meio da organização dos tempos que se evidenciam as prioridades do currículo que ali se desenvolvem.

O planejamento na Escola Municipal Antônio Fernal tem uma visão mais ampla de tempo e espaço, uma visão que ultrapassa os muros da escola e tem em vista o enriquecimento das vivências socioculturais das crianças. A escola realiza atividades extracurriculares com frequência, propõe atividades em outros locais da comunidade como parques, cinemas, museus, clubes, igrejas, cachoeiras, entre outros.

A carga horária da Escola Municipal Antônio Fernal é de oitocentas horas, distribuídas em duzentos dias letivos, (Anexo B) . A escola atende somente no turno matutino e trabalha com duas modalidades de ensino, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, que tem início às 7h25min e termina às 11h40min, incluindo o

tempo de recreio. Conta com um professor para cada ano do Ensino Fundamental e um professor que atende às crianças da Educação Infantil do 1º e 2º períodos.

As turmas têm em média vinte a vinte e cinco alunos. O tempo nesta instituição é valorizado e os educadores têm o compromisso de considerar a experiência e a faixa etária das crianças que nela são atendidas, buscando formar sujeitos autônomos e críticos. Semanalmente, os educadores se reúnem com o orientador pedagógico para planejar e refletir sobre os trabalhos a serem desenvolvidos e fazem uma avaliação do trabalho. O tempo é predeterminado, mas é bastante flexível para contemplar situações imprevistas.

Segundo Dewey, (2007 – p.1031.):

A estabilidade de uma instituição organizada, rica em atividades e vivências é o que pode fazer da escola um ambiente de formação para a democracia. Nesse modelo, o espaço escolar é o centro de referência, mesmo que eventualmente algumas atividades sejam feitas fora dele. Os professores pertencem à escola, da mesma forma que os alunos. Há um corpo social, há uma instituição com identidade própria, com objetivos compartilhados e que pode se fortalecer com o tempo.

As salas de aulas são muito espaçosas e ventiladas, uma área arborizada, um parquinho, um local destinado a rodas de leitura debaixo de uma árvore e uma quadra para prática de esportes que também é utilizada para outras atividades. Nestes espaços, os professores e os alunos usam recursos pedagógicos variados como livros, mapas, jogos, gravuras entre outros, enriquecendo as aulas e as atividades de ensino-aprendizagem, tornando-as mais prazerosas e eficazes.

Os espaços de uma escola e a organização dos mesmos refletem nas crenças e no conhecimento dos sujeitos nele envolvidos, nesse sentido, deve atender às necessidades dos alunos e à diversidade do currículo da escola.

PROCESSOS DE DECISÃO

Para descentralizar a educação e democratizar a Gestão Escolar, a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/9 propõem a formação de órgãos significativos nas unidades de ensino para auxiliar os educadores na tomada de decisões e no fortalecimento do coletivo. Neste processo, esses profissionais assumem a responsabilidade primeira com a construção da identidade do estabelecimento escolar e juntamente com a comunidade, organizam-se sob a forma de conselhos e participam ativamente das decisões escolares.

A maioria das escolas, hoje, conta com conselhos de classe, colegiados escolares, comissão de avaliação de desempenho individual de alunos e profissionais envolvidos. As decisões na Escola Municipal Antônio Fernal são gerenciadas pela direção, mas são tomadas no coletivo a partir de debates e grupos de trabalho apoiados em planos de ações com metas e estratégias previamente estabelecidas e estudadas.

Segundo Oliveira (2010), a Gestão Democrática implica num processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo em todos os setores escolares. O Colegiado Escolar fortalece a tomada de decisões, possibilita a realização de ações de forma participativa e democrática.

O Conselho Escolar se configura, portanto, como órgão de representação da comunidade escolar e, desse modo, visa à construção de uma cultura de participação, constituindo-se em espaço de aprendizado do jogo político e democrático e de formação político pedagógica. (DOURADO, 2006, s/p)

Nesta instituição, o colegiado é composto pelos segmentos de pais, professores e funcionários e este possui caráter consultivo e deliberativo, dessa forma não há poder centralizador, todos participam e decidem em conjunto.

O critério para escolha do gestor escolar, que também caracteriza a gestão democrática de uma instituição, é estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação - SME, com avaliação de títulos, concurso público e eleições diretas na escola. O Conselho de Classe, por sua vez, tem como objetivo acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos e a prática docente, tendo como principais atribuições

definir a metodologia e estratégias adequadas para atingir aos objetivos propostos, selecionar conteúdos significativos, critérios de avaliação para cada turma e outros.

A Escola Municipal Antônio Fernal se preocupa com a formação global do educando em seu aspecto intelectual, moral e emocional. Assim, ela procura trabalhar com as diferenças, respeitando a individualidade do sujeito e contribuindo para a formação de indivíduos críticos e criativos preparados para o pleno exercício da cidadania.

RELAÇÕES DE TRABALHO

O principal aspecto que torna a escola realmente eficaz é o entrosamento de todos os segmentos: direção, orientação, professores, funcionários, alunos, pais e membros da comunidade. Somente quando todos têm em mente, com clareza, onde está e aonde se quer chegar, é que se pode alcançar a meta principal, uma educação de qualidade baseada nos princípios da gestão democrática e participativa.

Faz-se necessário então, que as instituições de ensino tracem metas, deixem de lado a estagnação de um sistema burocrático de ensino e ofereçam formação aos diversos profissionais para que possam atuar com competência e eficiência. Devem também dispor de recursos didáticos que ofereçam suporte ao educador e que facilite o ensino aprendizagem, para que consigam a excelência pessoal e profissional dentro e fora da escola.

Sabe-se que hoje, um professor recém formado traz consigo uma bagagem de informações e conhecimentos que podem transformar a educação, mas pode também enfrentar dificuldades relacionadas à aceitação pelas famílias, gestores e pelo seu grupo de trabalho. Nesse caso, a interação representa o foco de grande atenção e valorização. Torna-se importante considerar as relações estabelecidas entre aqueles que são os principais agentes no processo educacional: o corpo docente e discente, os pais e demais participantes responsáveis pelo ato de transformar.

Sob uma ótica interpessoal, essas relações criam duas diferentes concepções de organização e gestão escolar: a autoritária, que se sustenta sobre a égide da educação tradicional e a democrático-participativa em que o facilitador encontra-se mais próximo do aluno e aberto às possibilidades educacionais. Nesse caso, há uma articulação da atividade de direção com a iniciativa e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela.

Um ponto de partida para que exista o respeito a essa diversidade na escola é aceitar que os agentes que interagem na escola tenham interesses, visões de mundo e culturas diferentes e que ninguém tem o monopólio da verdade. Daí a necessidade de negociações permanentes para que todos os envolvidos tenham ao

menos parte dos seus interesses e valores contemplados no espaço escolar. Afinal em uma escola que não aceita a opinião do grupo o que prevalece é o controle e a disciplina. De modo geral, a idéia de ordem, baseada em normas e regras, muitas vezes se torna prioritária em relação ao direito de participação e a ênfase está mais nas tarefas do que nas pessoas.

Sabe-se que as escolas se diferem substancialmente das organizações por sua natureza e objeto, mas assemelham-se, por sua composição fundamental, o capital humano. Neste enfoque, as relações interpessoais e a motivação tornam-se elementos fundamentalmente presentes no discurso organizacional da escola em estudo. Nela, as relações giram em torno de atitudes solidárias, recíprocas e de participação coletiva e todos os profissionais têm o direito de falar, opinar e participar nos processos decisórios.

Segundo Cunha (2001), o “professor e o aluno interagindo formam o cerne do processo educativo”, o que significa, em outras palavras, que a aprendizagem somente acontece quando a dinâmica das relações entre professores e alunos se consolidam em uma relação justa e imparcial. A gestão da Escola Municipal Antônio Fernal considera todas essas condições nas relações de trabalho e há uma correlação de forças propiciando a construção de novas relações, com espaços abertos à reflexão coletiva que fortalecem o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo e a descentralização do poder.

As relações interpessoais nada mais são que meras atividades humanas e que ocorrem permanentemente entre as pessoas na sociedade, por meio de comportamentos verbais e não-verbais, pensamentos, sentimentos, reações mentais, físicas e sociais. (MOSCOVICI, 1985 s/p)

O desenvolvimento da identidade do ser humano, como afirma Habermas (1983), pode ser analisado como um processo de aprendizagem lingüística, quando se refere à comunicação; cognitiva, quando se refere à busca dos conhecimentos necessários para a vida em sociedade e interativa, quando se refere à relação, à ação e interação com os demais. A escola é um espaço público onde acontece a interação, a convivência fora da vida privada, íntima, familiar e ao capacitar-se para a convivência participativa na escola, o educador também aprende a participar dos demais espaços sociais.

A escola como esfera pública democrática, além de capacitar educadores, pode possibilitar também a capacitação dos pais e alunos na busca de soluções para os problemas da escola, do bairro, da cidade, do estado, do país e até mesmo da vida no planeta. Afinal, a democracia é um processo de busca, de resolução permanente dos conflitos, de interesses e idéias e para que esse processo seja realmente efetivo, é preciso respeitar as diferenças. E uma escola que respeita as diferenças é uma escola que ensina a viver em uma sociedade que também é heterogênea, que enfatiza tanto as tarefas quanto as relações.

AVALIAÇÃO

A avaliação constitui um elemento central na organização da prática pedagógica, na medida em que favorece o processo de construção do conhecimento. De fato, pode-se, por meio dos procedimentos e mecanismos de avaliação, constatar, compreender e intervir nos processos de construção do conhecimento. Processual, reflexiva ou cumulativa, a avaliação concorre, entre outros aspectos, para a definição do tempo e das formas de promoção do estudante.

A avaliação se faz presente em todos os domínios da atividade humana. O “julgar”, o “comparar”, isto é, o “avaliar” faz parte de nosso cotidiano, seja através das reflexões informais que orientam as freqüentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões. (DALBEN, 2005 s/p).

Para a efetivação dessas avaliações, o tempo deve ser considerado, tendo em vista que o resultado dos processos de aprendizagem aparece ao longo da vida. Enfim, o desempenho dos estudantes é aferido em diversos momentos durante o ano letivo e há o reconhecimento de que o tempo escolar é imprescindível para o seu amadurecimento intelectual e afetivo.

A educação brasileira tem como grande desafio no contexto da atualidade, promover a aprendizagem de todos os alunos e lhes assegurar uma trajetória de sucesso. Esta trajetória só se torna possível se a estrutura pedagógica considerar também as formas de pensar, sentir e atuar para garantir a permanência do aluno na escola. Nesta perspectiva, torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades de escolarização das camadas populares, porque são elas que mais têm sofrido com o modelo de escola atual.

E se o movimento amplo da sociedade impõe um novo tipo de escola, impõe, também, a necessidade de um novo referencial para a constituição dos processos de avaliação:

Avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas. (HOFFMANN, 1993)

Questionam-se assim os processos de avaliação da aprendizagem dos alunos, centrados geralmente, no desempenho cognitivo, sem referência ao contexto do PPP – Projeto Político Pedagógico e ainda, o sentido das avaliações escolares que têm direcionado especialmente, para o ato de aprovar ou reprovar os alunos. Em relação à redefinição das práticas de avaliação no cotidiano escolar, Esteban (2004, p.27) assinala:

Não obstante a crítica do modelo quantitativo e a redefinição das práticas em consonância às novas perspectivas teórico-metodológicas apresentadas, a avaliação qualitativa continua sendo uma prática classificatória. Vemos, na escola, as provas únicas com questões objetivas serem substituídas por testes ou provas distribuídas ao longo de um período letivo trazendo questões mais abertas, que solicitam opiniões e reflexões dos estudantes, que propõem o estabelecimento de questões mais amplas. As questões pretendem estimular uma maior participação do sujeito que aprende na elaboração das respostas e captar o processo de aprendizagem; os exames passam a ser complementados pela observação da professora sobre o movimento dos alunos que aprendem.

Sabe-se que há diversas modalidades de avaliação que podem ser empregadas na escola, de acordo com os mais diversos objetivos como prova escrita, trabalho em grupo, auto-avaliação, avaliação e outras. Porém, a prova escrita representa ainda o principal instrumento de avaliação empregado pela maioria das escolas. Mas é preciso considerar que:

O ato de avaliar tem, basicamente, três passos: conhecer o nível de desempenho do aluno em forma de constatação da realidade. Comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo. (qualificação)- Tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados. (LUCKESI, 1995 s/p),

Na Escola Municipal Antônio Fernal, é realizado a avaliação diagnóstica no início do ano letivo e nessa ocasião são analisados os resultados com toda equipe de professores e supervisores na intenção de verificar quais conteúdos estão consolidados e quais os conteúdos que precisam ser reforçados. Assim, a equipe tem como ponto de partida, as especificidades encontradas e de modo especial, os alunos com baixo rendimento.

O processo de recuperação acontece ao longo do ano, programada e monitorada pela professora eventual e vice-diretora, que fazem o acompanhamento por uma pasta individual de cada aluno PIP - Projeto de Intervenção Pedagógica e no final, esse material apresenta todo desempenho do aluno, assim como as suas

principais dificuldades. O período que se concentra maior número de avaliações é ao final de cada bimestre.

Conforme Brasil (s.d p.41), cabe ao gestor, garantir a Progressão Continuada e o tempo destinado ao Ciclo de alfabetização, novas oportunidades de aprendizagem, como os estudos orientados ao longo do processo, estudos orientados presenciais e estudos independentes realizados no período de férias para fazer valer o cumprimento da resolução SEE/MG nº521/2004 que orienta o processo de avaliação.

Para avaliar a Educação Básica Brasileira, foram criados outros tipos de avaliação que permitem avaliar a realidade de cada escola, de cada município ou estado, tal como acontece na cidade de Oliveira/MG, em especial na Escola Municipal Antônio Fernal, cujo PPP - Projeto Político Pedagógico encontra-se em processo de elaboração juntamente com toda comunidade, O IDEB da Escola Municipal “Antônio Fernal” era de 551% em 2006 e cresceu para 632,8% em 2009.

Os resultados têm se apresentado dentro dos parâmetros e mostra o envolvimento de todos pela melhoria na qualidade do ensino, porém, todos os envolvidos têm consciência da necessidade de buscar melhorias e tal processo, começa com a avaliação da própria instituição escolar e com a postura de seus profissionais.

Para CALDEIRA (1997)

A avaliação não é tudo, nem na escola nem fora dela. E se o frenesi avaliativo se apoderar para absorver e destruir práticas, paralisar a imaginação, desencorajar o desejo, então a patologia estará presente e a falta de perspectivas, também. Segundo o autor, o conceito de avaliar para qualificar exige que a questão metodológica da avaliação seja tratada com pluralidade e maior flexibilidade, a fim de contemplar as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola hoje, além do compromisso com um ensino de qualidade, tem também o compromisso com a formação de cidadãos críticos, criativos e responsáveis, que possam buscar e encontrar soluções para os seus problemas e para sua realização como pessoa a partir de suas próprias possibilidades. A escola, enquanto instituição dotada de especificidades tem como principal objetivo a formação de sujeitos, deve portanto ter a sua gestão pautada na democracia e na solidariedade, sem perder de vista que sua administração é dotada de um caráter eminentemente político e pedagógico.

A gestão democrática é um instrumento de grande importância para as escolas, no sentido de fortalecer a autonomia e promover uma maior participação popular na discussão e tomada de decisões que afetam não somente a comunidade escolar, mas a própria sociedade da qual a faz parte. Uma escola cada vez mais democrática, com a participação de toda a comunidade escolar representa o principal anseio daqueles que se preocupam com uma educação de qualidade.

Considerando tais propósitos, através de sua gestão democrática e participativa, a Escola Municipal Antônio Fernal reelaborou seu Projeto Político Pedagógico coletivamente, com a participação efetiva de toda a comunidade escolar e acredita na possibilidade de sua implementação. Neste sentido, continua contribuindo para o pleno desenvolvimento dos alunos, para a formação dos mesmos como indivíduos críticos, criativos e participativos, capazes de transformar a sociedade na qual estão inseridos. Enfim, este documento cumpre sua finalidade social, que é de resgatar a credibilidade do ensino enfatizando a participação coletiva na tomada de decisões para o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1991. Página 43-44.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de, **O projeto político - pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/08/2010

BRASIL, Guia do Diretor Escolar – SEE - **Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento Didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor**.

BRASIL, **Guia do Diretor Escolar – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor**, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 25/06/10.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**, Brasília: MEC/SEE, 1997.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, V.3, p. 53- 61, set/out.1997

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade**, vol.28, nº 100- Especial, p. 1015-1035, out. 2007- Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>- Acesso em 22/08/2010

CUNHA, M.I. da. **O Bom Professor e sua Prática**. 12.ed. Campinas: Papirus, 2001

DALBEN, Ângela I.L. de Freitas. **Avaliação Escolar. Presença Pedagógica**, B.H., v.11, n.64, Jul./ago.2005

DEWEY, John. **Currículo sem Fronteiras**, Cortêz Editora, São Paulo 2007- Página 12

DOURADO, Luiz Fernandes. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares. Brasília, 2006)

ELIAS. N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 1998.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Território e Lugar: espaços da complexidade**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 15/07/2010

ESTEBAN, Maria Tereza. **Pedagogia de Projetos**: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In SILVA, J. F 2004.

HABERMAS. Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1983

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. 29ª Ed. Porto Alegre, 1993.

HOFFMAN, J. ESTEBAN, M.T. (orgs) **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. 3.ed. Porto Alegre: mediação, 2004. p.81-92.

KALOUSTIAN, Sílvia; MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p.

LUCKESI, Cipriano G. **Avaliação da aprendizagem escolar**: SP. Cortez, 1995.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O campo do Currículo no Brasil**: Os anos noventa. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 22/08/2010

_____. **Propostas curriculares alternativas**: limites e avanços - 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 15/07/2010

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1985.

OLIVEIRA, João Ferreira de, **A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola** – disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/08/2010

_____. **Gestão Escolar democrática**: Definições, princípios, mecanismos e sua implementação – disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/08/2010.

ANEXOS

ANEXO A (Grade Curricular)

PLANO CURRICULAR											
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS											
ESCOLA MUNICIPAL "ANTÔNIO FERNAL"			MUNICÍPIO: OLIVEIRA - MG				ANO: 2010				
Componentes Curriculares	1º Ano		2º ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		
	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	05	160:00	05	160:00	05	160:00	05	160:00	05	160:00
	Matemática	05	160:00	05	160:00	05	160:00	05	160:00	05	160:00
	História	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00
	Geografia	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00
	Ciências	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00
	Educação Física	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00
	Artes	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00
Educação Religiosa	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	
Sub total da Base Nacional Comum	23	736:00	23	736:00	23	736:00	23	736:00	23	736:00	
PARTE DIVERSIFICADA	Ética e cidadania	02	64:00	02	64:00	02	64:00	-	-	-	-
	Teatro	-	-	-	-	-	-	02	64:00	-	-
	Educação Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	02	64:00
Sub total da Parte Diversificada	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	
Total	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	

INDICADORES FIXOS					
Módulo-aula	Duração do recreio:	Duração do turno:	Nº de dias letivos anuais	Nº de semanas letivas anuais	Carga horária anual
48 minutos	15 minutos	4:15	200	40	800:00

LEGENDA	
AS: Aulas Semanais	CHA: Carga Horária Anual

Observações:

- Lei 12.491/07 - Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências.
- Lei 12.767/08 - Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos.
- Lei 9.795/99 - Educação Ambiental integrada aos conteúdos de Geografia e Ciências.
- Lei 13.413/99 - Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos.
- Lei 11.845/08 e SEE nº 1159/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas permeiam todos os conteúdos, em especial Arte, História e Língua Portuguesa.
- Lei 11.525/07 e Res. SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História.
- Lei 14.386/02 - O Hino Nacional e o Hino à Bandeira, acontecerá no último dia útil de cada semana, durante todo o ano letivo.

Liliana Esteves da Silveira
 Diretora
 Autorização 12ª SRE - Nº 0056/12
 Escola Municipal "Antônio Fernal"

Juliana Mendes
 Diretora de Ensino
 Diretora de Ensino

Andréia Pereira da Silva
 Secretária Municipal de Educação
 Secretária Municipal de Educação

Maria de Fátima
 MASP: 353.524-2
 ANE-1.E



Tânia Elizabeth
 Secretária Municipal de Educação
 MASP: 233.147-8
 ANE-1.E
 26/03/2010

ANEXO B (Calendário Escolar 2010)

**Secretaria Municipal de Educação
Detalhamento do Calendário da Rede Municipal de Ensino
Ano 2010**

1º Bimestre: 59 dias letivos

Fevereiro: 1,2,3,4,5,8,9,10,11,12,22,23,24,25,26 (15 dias letivos)
 Março: 1,2,3,4,5,6,8,9,10,11,12,15,16,17,18,19,22,23,24,25,26,29,30,31 (24 dias letivos)
 Abril: 5,6,7,8,9,12,13,14,15,16,19,20,21,22,23,26,27,28,29,30 (20 dias letivos)
Carga horária total do bimestre: 59 x 240 = 236:00h

2º Bimestre: 50 dias letivos

Maio: 3,4,5,6,7,10,11,12,17,18,19,20,21,24,25,26,27,28,31 (19 dias letivos)
 Junho: 1,2,4,5,7,8,9,10,11,14,15,16,17,18,21,22,28,29,30 (19 dias letivos)
 Julho: 1,2,5,6,7,8,9,12,13,14,15,16 (12 dias letivos)
Carga horária total do bimestre: 50 x 240 = 200:00h

3º Bimestre: 45 dias letivos

Agosto: 2,3,4,5,6,9,10,11,12,13,16,17,18,19,20,23,24,25,26,27,30,31 (22 dias letivos)
 Setembro: 1,2,3,6,7,8,9,10,13,14,15,16,17,18,20,21,22,23,24,27,28,29,30 (23 dias letivos)
Carga horária total do bimestre: 45 x 240 = 180:00h

4º Bimestre: 46 dias letivos

Outubro: 1,4,5,6,7,8,18,19,20,21,22,25,26,27,28,29 (16 dias letivos)
 Novembro: 3,4,5,8,9,10,11,12,15,16,17,18,19,22,23,24,25,26,29,30 (20 dias letivos)
 Dezembro: 1,2,3,6,7,9,10,13,14,15 (10 dias letivos)
Carga horária total do bimestre: 46 x 240 = 184:00h

Total dos dias letivos: 200

Carga horária anual: 200 x 240 = 800:00h

Juliane Arriel
 Juliane Arriel
 Diretora de Ensino

André Pereira da Silva
 André Pereira da Silva
 Secretária M. da Educação

Maria de Fátima Vaz
 Maria de Fátima Vaz
 Inspectora Escolar

Tânia Elisabeth Cughionelli Mendonça
 Tânia Elisabeth Cughionelli Mendonça
 Inspectora Escolar
 15-06-2010

Liliane Estefânia Silva Silveira
 Liliane Estefânia Silva Silveira
 Diretora
 Autorização 12ª SRE - Nº 005812
 Escola Municipal "Antônio Fernal"

JANEIRO		0 dias letivo		FEBREIRO		15 dias letivos		MARÇO		24 dias letivos													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
					1	2	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	06-Sábado Letivo (família na escola)				
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	7	8	9	10	11	12	13	15-Recesso Escolar, Comum		
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20	20-16-Feriado de Carnaval		
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27	27-17-Recesso E. Comum		
24	25	26	27	28	29	30	28							28	29	30	31				28 e 19-Planejamento		
31																							
01-Feriado (Conf. Universal) 02 a 31-Férias Escolares							01-Início do Ano Letivo 15-Recesso Escolar, Comum 20-16-Feriado de Carnaval 27-17-Recesso E. Comum 28 e 19-Planejamento																
ABRIL							MAIO							JUNHO									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
4	5	6	7	8	9	10	9	10	11	12	13	14	15	6	7	8	9	10	11	12			
11	12	13	14	15	16	17	16	17	18	19	20	21	22	13	14	15	16	17	18	19			
18	19	20	21	22	23	24	23	24	25	26	27	28	29	20	21	22	23	24	25	26			
25	26	27	28	29	30		30	31						27	28	29	30						
01-Recesso Escolar Comum 02-Feriado (Palácio de Cristo) 04-Feriado (Páscoa) 21-Feriado (Tiradentes) Let. Pagando 23/06/2010 23-Cons. de Classe Extra-turno							01-Feriado (Dia do Trabalho) 13 e 14-Seminário							03-Feriado (Corpus Christi) 04-Recesso Escolar Comum - Let. Pagado 24/06/2010 05-Sábado Letivo (Festa Junin) 23, 24 e 25- Recesso E. Comum 30-Cons. De Classe Extra-turno									
JULHO							AGOSTO							SETEMBRO									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	8	
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11			
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18			
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25			
25	26	27	28	29	30	31	29	30	31					26	27	28	29	30					
16-Término do 1º sem. Letivo 18 a 31-Recesso Escolar Comum							02- Início do 2º semestre 15-Feriado (N. S. Oliveira)							07-Feriado (Ind. Do Brasil) Let 18-Feriado (Aniv. da Cidade) Letivo 30- Cons. de Classe Extra-turno									
OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
					1	2	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	8		
3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11			
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18			
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25			
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					26	27	28	29	30	31				
31														26	27	28	29	30	31				
11- Recesso Escolar Comum 12-Feriado (N. S. Aparecida) 13 a 15 - Recesso Escolar Comum							01- Recesso Escolar Comum 02-Feriado (Finados) 09 a 12 Mostra Cultural Letivo 15-Feriado(Procl. da Rep.) Let. Pagando 25/06/10 20-Consciência Negra 30- Cons. de Classe Extra-turmo							08-Feriado (Assunc. Nossa Senhora) 15-Término do Ano Letivo 18 e 17-Estudios Orientados 25-17-Término do Ano Escolar 18 a 31-Recesso Escolar Comum 25-Feriado (Natal)									